

Aprender com Sentido: A Autoria Estudantil como Caminho para uma Educação em Direitos Humanos para Além das Notas

Aldeisa Santos de Carvalho ¹
Pedro Demo ²

RESUMO

O projeto Aprender com Sentido: A Autoria Estudantil como Caminho para uma Educação em Direitos Humanos para Além das Notas propõe uma abordagem crítica às práticas avaliativas do Ensino Médio público, tendo como eixo central a valorização da autoria estudantil como expressão da subjetividade, da criatividade e das vivências dos(as) estudantes. A pesquisa ancora-se em uma perspectiva teórico-metodológica crítica, dialogando com autores como Paulo Freire, Pedro Demo e Vera Candau, ao defender que a educação deve se estruturar a partir da escuta, do diálogo e do compromisso com a justiça social. O objetivo é problematizar a lógica meritocrática e produtivista das avaliações escolares, como o ENEM, e apontar caminhos pedagógicos que favoreçam uma aprendizagem relevante, emancipada e orientada pelos Direitos Humanos. A metodologia adotada será qualitativa, com base na Hermenêutica de Profundidade de John B. Thompson, tal como reinterpretada por Pedro Demo, buscando compreender criticamente as dimensões simbólicas, discursivas e estruturais envolvidas nas práticas avaliativas. A pesquisa encontra-se em fase inicial e será desenvolvida em escolas públicas do Distrito Federal, tendo como foco a escuta das juventudes e a análise das práticas pedagógicas. Com isso, pretende-se contribuir para a reconstrução de uma educação democrática e transformadora, que respeite a autoria estudantil e promova o direito à aprendizagem com sentido.

Palavras-chave: direitos humanos; autoria estudantil; avaliação crítica; educação pública; justiça social

INTRODUÇÃO

As práticas avaliativas da educação pública brasileira revelam, historicamente, uma contradição profunda entre o ideal democrático da escola e a estrutura meritocrática que ainda regula o aprender. No interior das salas de aula, a nota, símbolo de medida e controle, muitas vezes substitui o sentido da aprendizagem, reduzindo o conhecimento a um resultado numérico. Nesse cenário, emergem tensões entre o ensinar e o aprender, o saber e o ser, o desempenho e a dignidade. Pedro Demo (2015, p. 27) sustenta que aprender é reconstruir o conhecimento com autoria, o que exige superar a pedagogia da cópia em favor da pedagogia da criação.

¹ Graduada em letras português/inglês e pedagogia e doutoranda do Curso de Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília - UnB; aldeizasanto@yahoo.com.br

² Graduado em filosofia e doutor em sociologia pela universidade de Sarre-Alemanha Pedrodemo@gmail.com;



O projeto *Aprender com Sentido* nasce dessa inquietação ética e pedagógica. Propõe-se a compreender como as práticas avaliativas podem se transformar em espaços de autoria, de autonomia intelectual e de emancipação humana. Alinha-se à perspectiva freireana, que compreende a educação como prática de liberdade e diálogo. Para Paulo Freire (1996, p. 68), ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua própria produção ou construção. Essa ideia de aprender como criação é também o eixo da proposta de Pedro Demo, que defende a pesquisa como forma de aprender e o aprender como forma de emancipar.

A relevância da pesquisa reside em seu compromisso com os direitos humanos e com a transformação das práticas escolares. A avaliação, enquanto instrumento pedagógico e político, precisa ser compreendida não como punição ou aferição de mérito, mas como diálogo com o processo de construção do saber. Como afirma Candau (2012, p. 34), a educação em direitos humanos implica o reconhecimento do outro, do diverso e do coletivo como dimensões constitutivas do aprender. Essa compreensão reforça o papel da escola pública como espaço de justiça social e de reconstrução do sentido humano do aprender.

Dessa forma, o objetivo geral deste trabalho é problematizar as práticas avaliativas escolares e propor caminhos para a valorização da autoria estudantil como direito humano à educação emancipadora. Os objetivos específicos são: (1) analisar os sentidos atribuídos à avaliação pelos estudantes e professores; (2) identificar práticas pedagógicas que favorecem a autoria e a autonomia intelectual; (3) interpretar as dimensões simbólicas e discursivas dessas práticas à luz da hermenêutica de profundidade.

METODOLOGIA

A pesquisa é de natureza qualitativa, orientada por uma perspectiva crítica e hermenêutica. Utiliza como base metodológica a Hermenêutica de Profundidade, proposta por John B. Thompson (1995), que compreende a interpretação como processo de desvelamento das formas simbólicas e das estruturas de poder presentes nos discursos sociais. Pedro Demo (2011) adapta esse método à educação, enfatizando que compreender criticamente a realidade é condição para transformá-la.

A Hermenêutica de Profundidade estrutura-se em três níveis analíticos complementares:



1. **Análise socio-histórica**, que busca compreender os contextos institucionais e políticos da avaliação escolar, situando-a dentro da racionalidade neoliberal e das políticas de controle do desempenho;
2. **Análise formal-discursiva**, voltada à interpretação dos discursos e narrativas de professores e estudantes sobre avaliação, autoria e direitos;
3. **Análise interpretativa-reconstrutiva**, que propõe uma leitura crítica e emancipatória dos achados, visando à reconstrução ética e pedagógica das práticas avaliativas.

O campo empírico da pesquisa será em duas escolas públicas do Distrito Federal. Os participantes incluirão professores e estudantes do Ensino Médio, cujas práticas avaliativas e experiências de autoria serão observadas e analisadas. A coleta de dados ocorrerá por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise de documentos pedagógicos. A análise seguirá um processo dialético, de interpretação e reconstrução contínuas, sustentado no diálogo entre teoria e prática, o que Freire (1996, p. 24) denomina *práxis libertadora*.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação, em sua essência, é um ato de emancipação humana e de reconstrução do sentido de aprender. Essa ideia, que atravessa a obra de Pedro Demo, Paulo Freire e Vera Candau, revela que o aprender autêntico não é a simples aquisição de informações, mas o exercício de autoria e de liberdade. Para Freire (1996, p. 32), a leitura do mundo precede a leitura da palavra, o que significa que a aprendizagem nasce da relação viva entre o sujeito e a realidade. Essa visão encontra eco em Demo (2015, p. 42), ao afirmar que aprender é sempre um processo de autoria, porque só há conhecimento quando há produção própria. Candau (2012, p. 41), por sua vez, amplia essa perspectiva ao compreender a educação como um direito humano, orientado pela dignidade e pela convivência democrática. Assim, aprender com sentido implica unir conhecimento, ética e pertencimento.

A evidência desses autores converge na defesa de que o aprender é inseparável da capacidade de criar e de transformar o mundo. Em vez de formar repetidores de conteúdos, a escola deve formar sujeitos que pensem, duvidem e proponham novas leituras da realidade. Demo (2011, p. 77) critica a pedagogia da cópia, em que o estudante



apenas reproduz o pensamento alheio, e propõe uma pedagogia da pesquisa e da autoria. Freire (1996, p. 68) complementa essa ideia ao afirmar que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar possibilidades para a sua produção. Candau (2012) reforça que essa criação não se dá no isolamento individual, mas na convivência solidária, em que o aprender se torna uma experiência coletiva e ética. A ligação entre esses três pensamentos aponta para uma concepção de educação que supera a fragmentação entre o saber e o ser, reconhecendo o aluno como sujeito histórico e criador.

Nesse contexto, a autoria estudantil aparece como uma categoria pedagógica central. Ela representa o direito de produzir sentido, de expressar-se e de intervir no mundo. Demo (2015) sustenta que o autor é aquele que reconstrói o conhecimento com base em sua própria leitura crítica da realidade (p. 59). Essa visão se articula à de Freire, para quem a educação deve ser um ato de esperança e coragem, em que o sujeito diz sua palavra e reinventa o mundo (FREIRE, 1996, p. 47). Candau (2012) aproxima-se dessa ideia ao afirmar que o direito de aprender é também o direito de ser reconhecido, o que implica valorizar as diferentes formas de expressão e de identidade. A autoria, assim, é o ponto em que o saber, o sentir e o agir se encontram e onde o aprender se torna libertação.

A análise desses autores mostra que a avaliação escolar é o espaço onde essa autoria mais se vê ameaçada. Ao longo da história, a avaliação foi associada à punição, à comparação e ao controle, o que contraria a essência humanizadora do ato educativo. Freire (1996, p. 58) alerta que avaliar é um ato de amor, pois exige respeito e compromisso com o crescimento do outro. Demo (2011) critica as práticas avaliativas que tratam o erro como fracasso, e não como oportunidade de reconstrução. Candau (2012) acrescenta que as formas de avaliação, quando pautadas pela lógica meritocrática, acabam por reforçar desigualdades sociais e silenciar vozes historicamente excluídas. A evidência empírica e teórica sugere, portanto, que repensar a avaliação é condição para repensar a própria escola.

A partir desse diagnóstico, a análise dos autores indica que avaliar deve ser um gesto ético, dialógico e emancipador. Freire enfatiza que o diálogo é a base da relação pedagógica e o antídoto contra o autoritarismo escolar. Avaliar dialogicamente é escutar, compreender e acompanhar o estudante em seu processo de aprendizagem. Demo reforça essa visão ao dizer que “avaliar é parte da aprendizagem, porque é nela que se constrói a consciência de si como autor” (DEMO, 2015, p. 63). Candau, por sua vez, propõe que a avaliação seja um instrumento de justiça pedagógica, capaz de reconhecer as diferenças



e garantir condições equitativas de participação. Desse modo, a avaliação não mede, mas media, transforma-se em um espaço de partilha e reconstrução de sentidos.

O aprender com sentido emerge, nesse diálogo teórico, como uma categoria integradora que unifica as dimensões cognitiva, ética e social da educação. Freire ensina que o aprender só é verdadeiro quando está enraizado na realidade e orientado pela esperança. Demo reafirma essa ideia ao sustentar que “não há aprendizagem significativa sem compromisso ético e político” (DEMO, 2011, p. 82). Candau complementa ao argumentar que aprender é, também, conviver e respeitar as diferenças. Essa convergência revela que o aprender com sentido é mais do que um processo individual de descoberta: é um ato de convivência democrática e de construção de humanidade. A escola, nesse cenário, torna-se espaço de diálogo, de escuta e de autoria coletiva.

Ao articular autoria e direitos humanos, os autores constroem um paradigma de educação democrática, no qual o conhecimento deixa de ser privilégio e se transforma em bem comum. Freire (1996) insiste que o saber deve servir à libertação e não à domesticação; Demo (2015) reforça que aprender é empoderar-se para agir criticamente no mundo; Candau (2012) defende que educar é garantir o direito de todos à palavra e à participação. Essas ideias se cruzam no reconhecimento de que a educação tem um papel político: é por meio dela que se materializa o princípio da igualdade e se combate a exclusão. Assim, o aprender com sentido é, também, um aprender com o outro, em diálogo com a vida e a coletividade.

O diálogo entre Freire, Demo e Candau propõe, portanto, uma releitura do papel da escola pública. Longe de ser espaço de mera transmissão de saberes, ela é concebida como ambiente de produção cultural, crítica e cidadã. Quando a escola valoriza a pesquisa e a autoria, como defende Demo, ela rompe com a lógica do ensino bancário denunciada por Freire. E quando assume o compromisso ético com os direitos humanos, como propõe Candau, ela se torna instrumento de justiça social. Nesse sentido, a escola pública não é apenas o lugar onde se aprende conteúdos, mas onde se aprende a ser — e ser com o outro. Avaliar, ensinar e aprender tornam-se partes de um mesmo movimento de emancipação.

Essa concepção de educação desafia práticas e estruturas ainda marcadas por desigualdades históricas. Freire recorda que “a educação sozinha não transforma a sociedade, mas sem ela a sociedade não muda” (FREIRE, 1996, p. 45). A frase ecoa o pensamento de Demo, que entende a educação como campo de disputa de sentidos, em que o conhecimento pode servir tanto à dominação quanto à libertação. Candau,



dialogando com ambos, alerta que o compromisso da escola com os direitos humanos exige a revisão de suas práticas cotidianas, desde a gestão até as formas de avaliação. Assim, a transformação não é apenas curricular, mas cultural: implica instaurar uma nova ética do aprender e do conviver.

A partir dessa análise, compreende-se que a autoria estudantil é uma forma concreta de democratizar o saber. Quando o aluno é convidado a pesquisar, criar e apresentar suas ideias, ele exercita sua autonomia e desenvolve competências críticas. Demo (2015, p. 71) afirma que a autoria é o modo mais profundo de aprender, porque transforma o conhecimento em experiência própria. Freire complementa dizendo que ninguém educa ninguém, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo (FREIRE, 1996, p. 68). Candau reafirma esse princípio ao defender que a aprendizagem é sempre coletiva e situada. A interligação dessas concepções indica que o aprender é, ao mesmo tempo, individual e social, um ato de consciência e de convivência.

Dessa forma, a escola pública é convocada a assumir a autoria como princípio formativo e ético. Isso significa repensar o currículo, as relações e as práticas avaliativas à luz da dignidade e da equidade. Quando a escola permite que os estudantes expressem suas vozes, ela realiza o direito humano à educação plena. Freire chama isso de educação da esperança; Demo, de “aprendizagem autoral; e Candau, de educação para a convivência. Embora utilizem expressões distintas, os três autores convergem na defesa de uma pedagogia que humaniza. Nessa perspectiva, o aprender com sentido não é uma meta final, mas um processo contínuo de reconstrução da consciência e do mundo.

O diálogo entre esses pensadores sustenta que a avaliação emancipatória é condição para uma educação em direitos humanos. Avaliar com justiça significa compreender o estudante como sujeito de direito, e não como objeto de mensuração. Significa reconhecer o erro como etapa do aprender e o diálogo como instrumento de crescimento. Essa abordagem valoriza o percurso, não apenas o resultado, e transforma a avaliação em uma prática de escuta e de acolhimento. Assim, a escola se torna espaço de confiança, e o aprender passa a ter sentido porque se vincula à vida e ao respeito mútuo.

Em síntese, o referencial teórico que une Pedro Demo, Paulo Freire e Vera Candau permite compreender a educação como prática de autoria, liberdade e convivência democrática. Aprender é um ato de criação e resistência, avaliar é um gesto de cuidado, e ensinar é partilhar a esperança. Essa visão fundamenta o projeto *Aprender com Sentido*, que busca transformar a escola pública em um espaço onde o conhecimento



não se impõe, mas se constrói — com palavras, gestos e vozes que reivindicam o direito de aprender com sentido, dignidade e amorosidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como a pesquisa encontra-se em fase inicial, esta seção apresenta reflexões e hipóteses preliminares a partir do referencial teórico e das discussões já desenvolvidas. Até o momento, identifica-se que as práticas avaliativas no ensino médio público, frequentemente orientadas por lógicas meritocráticas e produtivistas, tendem a reduzir o aprender a um processo de mensuração. Essa constatação teórica reforça a necessidade de repensar o papel da avaliação como instrumento de diálogo, emancipação e reconhecimento da autoria estudantil.

Espera-se que, ao longo da investigação empírica, seja possível compreender como estudantes e professores atribuem sentidos à avaliação e de que modo práticas mais autorais podem fortalecer a autonomia intelectual e a aprendizagem com sentido. A hermenêutica de profundidade proposta por John B. Thompson (1995), reinterpretada por Pedro Demo (2011), deverá permitir a análise crítica das dimensões simbólicas e discursivas que estruturam as relações avaliativas, revelando seus potenciais emancipatórios ou reprodutores de desigualdade.

As discussões teóricas indicam que a autoria pode se constituir em um critério ético e político de justiça pedagógica, ao democratizar o acesso à produção do conhecimento e promover o protagonismo dos estudantes. A expectativa é de que os resultados futuros possam contribuir para a construção de práticas avaliativas que valorizem a escuta, a criatividade e o diálogo como expressões da cidadania e dos direitos humanos na escola pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho representa uma etapa inicial de reflexão teórica e metodológica sobre as possibilidades de uma educação em direitos humanos pautada na autoria estudantil e na avaliação emancipatória. Embora a pesquisa ainda esteja em fase de planejamento e construção do campo empírico, já se delineia a compreensão de que a



valorização da autoria pode contribuir para ressignificar as práticas avaliativas no ensino público, tornando-as mais dialógicas, éticas e formativas.

Espera-se que, ao longo do desenvolvimento da investigação, a Hermenêutica de Profundidade de John B. Thompson, reinterpretada por Pedro Demo, permita revelar as dimensões simbólicas, discursivas e estruturais presentes nas práticas avaliativas, favorecendo uma leitura crítica das relações de poder e sentido que atravessam o ato de avaliar.

Pretende-se, portanto, que os resultados futuros possam subsidiar reflexões sobre o papel da escola pública na promoção de uma aprendizagem com sentido, em que avaliar seja um ato de escuta, diálogo e reconhecimento da autoria dos estudantes. Assim, a pesquisa busca contribuir para a construção de práticas pedagógicas comprometidas com a dignidade humana, a justiça social e o direito de aprender de forma autônoma e criadora.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania da Universidade de Brasília (PPGDH/UnB), ao professor Pedro Demo, orientador e inspiração teórica desta pesquisa, e aos colegas que contribuíram com reflexões e debates sobre autoria, avaliação e direitos humanos.

Expresso também minha gratidão ao Congresso Nacional de Educação – CONEDU, pela oportunidade de participar de um espaço de intensa aprendizagem, diálogo e troca de experiências. A vivência no congresso fortaleceu minha compreensão sobre a importância da valorização da autoria estudantil como caminho para uma educação mais humanizadora e comprometida com os direitos humanos.



REFERÊNCIAS

CANDAU, Vera Maria. *Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2012.

DEMO, Pedro. *Aprender como autor*. Petrópolis: Vozes, 2015.

DEMO, Pedro. *Educar pela pesquisa*. 14. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

